

**A REFORMA DO ENSINO MÉDIO:
HISTÓRICO, DESDOBRAMENTOS E REFLEXÕES**

Denis Piton Nogueira Júnior¹

Isaque Costa Pinto

Leticia da Silva Herculano e Lima

Loren Muniz da Costa

Mylena Silva de Azevedo

Patrícia Kaori Miura

Victória Aparecida Reis de Souza

RESUMO: O Ensino Médio passou recentemente por reformas na estrutura do sistema atual que propõem flexibilizações a fim de manter os jovens interessados pela escola. A taxa de evasão crescente, o mau desempenho das escolas públicas nas avaliações nacionais e o tédio que o estudante enfrenta diariamente são as principais causas que o governo alega ser necessário combater. Ainda assim, a falta de diálogo com a sociedade e a sua implementação extremamente verticalizada demonstram o caráter autoritário da Medida Provisória 746/2016. O projeto educacional do presidente Michel Temer altera repentinamente a carga horária para 1.400 horas anuais - aumentada de maneira progressiva - e afeta a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Contudo, a lei entra em vigor apenas no ano após a conclusão dos debates a respeito da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). A ação do presidente gerou uma série de reações no país dividindo opiniões dos pais, estudantes e donos de escolas. Entre as manifestações, pode-se destacar o reaparecimento do movimento estudantil, que se mobilizou para protestar ocupando as escolas de todo o país. Foram mais de mil instituições de ensino ocupadas por todo o Brasil. Por fim, o presente trabalho faz uma análise do sistema educacional atual e opina a respeito de alternativas pedagógicas mais democráticas e autônomas.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma; Ensino Médio; Ocupações.

ABSTRACT: The High School has recently undergone reforms in the structure of the current system that propose mainly flexibilizations in order to keep young people interested in the school. The rising rate of evasion, the poor performance of public schools in national assessments, and the boredom the student faces daily are the main causes the government claims to be necessary to combat. However, the lack of dialogue with society and its extremely vertical implementation demonstrate the authoritarian nature of Provisional Measure 746/2016. The educational project of President Michel Temer suddenly changes the workload to 1,400 hours per year - increasing progressively - and the Law No. 9,394 of December 20, 1996, which establishes the guidelines and bases of national education. However, the law will enter into force only in the year after the conclusion of the discussions on the National Curricular Common Base (BNCC). The action of the president has generated

¹ Estudantes do 3º ano do Ensino Médio no Colégio Pedro II – Campus Niterói no ano de 2016.

a series of reactions in the country dividing opinions of parents, students and school owners. Among the demonstrations, we can highlight the reappearance of the student movement, which mobilized to protest, occupying schools across the country. There were more than a thousand educational institutions occupied throughout Brazil. Finally, the present work makes an analysis of the current educational system and thinks about more democratic and autonomous pedagogical alternatives.

KEYWORDS: Reform; High School; Occupations.

1 – METODOLOGIA:

Por meio de pesquisas, análise de dados, experiências próprias e conhecimentos pessoais, o grupo desenvolveu suas conclusões sobre a Reforma do Ensino Médio. Buscamos saber as causas da reforma bem como seus desdobramentos, como a mesma foi recebida por diferentes partes da sociedade. Analisamos também, a opinião de diversos grupos afetados direta ou indiretamente pela medida, assim como as reações contra ou a favor da reforma. Por fim, o grupo apresentará breves conclusões em relação ao tema pesquisado.

2 – INTRODUÇÃO:

2.1 – Objetivos da Reforma do Ensino Médio:

Historicamente, a escola sempre fez parte de uma discussão profundamente vinculada à "construção da nação", preocupando-se com os aspectos políticos de seu tempo. A forma com que era administrada na Monarquia, dava à elite a instrução necessária para ocupar cargos públicos e se diferenciar da maioria iletrada.

Na República, a Academia como um todo passa a estimular o sentimento patriótico, destacando os heróis nacionais, por exemplo, a fim de consolidar a nação brasileira em conformidade com os ideais liberais vigentes.

Mais tarde, já na década de 90, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) surgem com a finalidade de servir de orientação pedagógica aos professores do país. Reforçando a necessidade de desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, o documento prezava as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas do país, além de identificar os problemas estruturais da educação brasileira.

Antagonicamente a todo esse processo democrático, a reforma que o atual poder público procura instituir rompe com anos de debate.

A Reforma do Ensino Médio se baseia no Projeto de Lei de Conversão 34/2016 oriunda da Medida Provisória 746/2016 de autoria do presidente Michel Temer. Entre as mudanças previstas estão a implementação do ensino em tempo integral, aumentando de maneira progressiva a carga horária para 1.400 horas anuais e a alteração na Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A previsão é que a lei entre em vigor no ano após a conclusão dos debates a respeito da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

Além disso, o governo passa a permitir que profissionais com “notório saber” possam dar aulas de conteúdos de áreas relacionadas à sua formação, mas sem a exigência de uma licenciatura. Isto, além de desvalorizar os profissionais da educação, confronta muitos dos acordos antes estabelecidos e oriundos de profundo debate entre especialistas, professores, alunos e sociedade, como previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). Este Plano, que pretendia assegurar à educação a condição de política de Estado por 20 anos, evitava justamente que as escolas ficassem rendidas à vontade de governos ou de outros setores da sociedade.

Atualmente, o discurso do governo na mídia está pautado no argumento de que o resultado do Ideb e o índice de evasão escolar são males que precisam ser combatidos e por isso a MP é necessária. Eles alegam que a grade curricular do país não é atraente para os jovens e, portanto, é necessária uma flexibilização das disciplinas, deixando como obrigatório apenas Português, Matemática e Inglês, enquanto o restante do conteúdo será dividido entre: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional.

Diante de todas as alterações propostas, o governo de Michel Temer contou com amplo apoio do Congresso Nacional para continuar modificando as políticas de educação do país conforme o seu gosto. Partidos como o DEM (Democratas) e PSDB (Partido Social Democracia Brasileira) tem sido peças fundamentais para a manutenção do governo e suas reformas, mantendo coesa a aliança feita desde o Impeachment da Dilma Rousseff.

3 – DESENVOLVIMENTO:

3.1 – Antecedentes:

- 1998: Grande debate e aprovação das diretrizes do EM de acordo com a nova legislação da LDB de 1996;
- 2002: Seminário Nacional sobre reforma do ensino médio;
- 2007: FUNDEB com a promessa de garantir a universalização do EM;
- 2007: MEC lança o Plano de Ações Articuladas;
- 2009: Novo ENEM;
- 2010: Ensino Médio Inovador;
- 2010: CONSED cria o Grupo de Trabalho da Reforma do Ensino Médio;
- 2012: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio aprovadas pelo CNE;
- 2013: Projeto de Lei (PL6840/2013);
- 2014: Plano Nacional da Educação (PNE). Meta 3.1: “Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados...”.

3.2 – Situação da Reforma:

A Reforma do Ensino Médio se baseia no Projeto de Lei de Conversão 34/2016 oriunda da Medida Provisória (MP) 746/2016 de autoria do presidente Michel Temer, aprovada na Câmara em 7 de novembro de 2016 e no Senado em 8 de fevereiro de 2017 e foi sancionada pelo presidente em 16 de fevereiro de 2017.

As mudanças podem começar a serem implementadas em 2018, de acordo com o texto da MP, no segundo ano letivo subsequente à fala de publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), podendo ser antecipado para o primeiro ano, desde que com antecedência mínima de 180 dias entre a publicação da BNCC e o único do ano letivo. A BNCC encontrava-se em discussão no Ministério da Educação e ainda terá que ser aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). A expectativa é que a Base seja definida até o fim de 2017.

3.3 – A reforma segundo o Ministério da Educação:

A reforma do ensino médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho.” (Portal do MEC, Novo Ensino Médio – Dúvidas, 2017).

3.4 – Antes e depois, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para a Medida Provisória (MP) do Ensino Médio:

3.4.1 – O currículo

O currículo do novo Ensino Médio será norteado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), obrigatória e comum a todas as escolas (da educação infantil ao ensino médio). A BNCC definirá as competências e conhecimentos essenciais que deverão ser oferecidas a todos os estudantes na parte comum, abrangendo as 4 áreas do conhecimento e todos os componentes curriculares do ensino médio definidos na LDB e nas diretrizes curriculares nacionais de educação básica.

Durante os três anos de Ensino Médio serão obrigatórias as disciplinas língua portuguesa e matemática, o restante do tempo será dedicado ao aprofundamento acadêmico nas áreas eletivas ou a cursos técnicos. Além disso, cada estado e o Distrito Federal organizarão os seus currículos considerando a BNCC e as demandas dos jovens, que – conforme se alega - terão maiores chances de fazer suas escolhas e construir seu projeto de vida.

3.4.2 – Outras mudanças:

Mudanças	Antes	Depois
Carga horária	A LDB prevê que, nos três anos do ensino médio, os alunos tenham no mínimo 800 horas de aula, e que cada ano tenha pelo menos 200 dias letivos.	A MP amplia “progressivamente” a carga horária para 1400 horas, sem especificar um número mínimo de dias letivos por ano nem um prazo para a ampliação.
Disciplinas obrigatórias	O ensino de artes e de educação física era obrigatório na educação básica, incluindo no ensino médio. Desde 2008, aulas de filosofia e sociologia também eram obrigatórias nos três anos.	A partir de agora, a decisão de incluir artes, educação física, filosofia e sociologia nas aulas do ensino médio dependerá do que será estipulado pela BNCC.
Ensino técnico	A lei já previa a possibilidade de as escolas integrarem o ensino técnico e profissionalizante ao ensino médio em diversos modelos.	A formação técnica e profissional passa a ter peso semelhante às quatro áreas do conhecimento. A mudança também inclui a possibilidade de “experiência prática de trabalho no setor produtivo” ao aluno.
Língua estrangeira	As escolas eram obrigadas a oferecer, a partir do sexto ano, aula de pelo menos uma língua estrangeira, mas tinham a liberdade de escolher qual língua.	O inglês passa a ser língua estrangeira obrigatória em todas as escolas. As escolas podem oferecer uma segunda língua, que deve ser, preferencialmente, o espanhol.
Professores	A lei exigia que os professores fossem trabalhadores de educação com diploma técnico ou superior em área pedagógica ou afim.	Fica permitido que as redes de ensino e escolas contratem “profissionais de notório saber” para dar aulas “afins a sua formação”.

Vestibulares	As universidades são livres para definir conteúdos exigidos pelas provas para selecionar os calouros, levando em consideração o impacto da exigência no ensino médio.	A lei determina que o conteúdo dos vestibulares seja apenas “as competências, as habilidades e as expectativas de aprendizagem das áreas do conhecimento na BNCC”.
---------------------	---	--

3.5 – Opiniões sobre a Reforma:

Na visão dos especialistas em Educação no Brasil, a reforma do ensino médio apresenta contradições na sua proposta original. Alguns dos pontos levantados foram: a questão da implementação do período integral das escolas de EM, esse item é contraditório, pois muitos estudantes brasileiros (aproximadamente dois milhões) entre 15 e 17 anos dividem a sua rotina entre o trabalho e estudo. Outro ponto citado é a desconsideração da realidade da maioria das escolas, principalmente as públicas; a divisão da carga horária do currículo, 60 % das matérias obrigatórias e 40% para área de aprofundamento que o aluno irá escolher, sendo que muitas dessas escolas não possuem todo aparato para oferecer aos alunos na opção de aprofundamento e nem o ensino técnico. Sendo assim, o aluno não irá de fato escolher nada e sim se ajustar ao o que tem na instituição. Essas são algumas das explicações de especialistas na área educacional contra a reformulação do Ensino Médio.

Estudantes de todo o país também expressaram suas opiniões em relação à reforma. O Governo Federal apresentou que 72% dos estudantes do País aprovaram a nova medida, porém há contradições no que diz a respeito da pesquisa. Muitos estudantes dizem que essa proposta é enganosa, pois a maioria dos jovens não tem a maturidade para definir o EM inteiro a sua carreira, ou seja, focar apenas em uma área não é o ideal. Outra questão também apresentada no meio estudantil é a precarização das escolas públicas, que obrigatoriamente irá levar os jovens à procura das instituições privadas de ensino. Com esses questionamentos e opiniões, aconteceram muitas manifestações dos movimentos estudantis em relação a reforma e a PEC 55 que limita os gastos para a educação por 20 anos, e com isso também surgiram as ocupações das escolas no Brasil. Essa nova medida foi um grande impacto para o Ensino Médio Brasileiro, demonstrando que não houve um total consenso com estudantes, muitos ainda dizem que o dialogo não existiu por parte do governo, dessa forma podemos ver que os estudantes não tiveram a voz no que diz a respeito deles.

Grande parte dos educadores brasileiros também estão desconfortáveis com a implementação da reforma, alegando que as discussões em torno do assunto estavam avançando e com a reforma tudo que estava sendo construído coletivamente terá sido em vão. Eles também criticam a reforma por constituir um exemplo de falta de discussão com o público e apontam que se o governo tivesse implementado com mais calma e com a participação de todos, talvez as rejeições fossem em menores proporções. Concretizaram falando que a divisão por áreas proposta pela reforma não irá favorecer o estudante, pois, o aluno não é treinado para ter autonomia, como prova disso quando ele chega ao ensino médio mal sabe escolher a profissão desejada.

Os donos de escolas se encontram com a opinião dividida em relação à reforma, pois com a obrigatoriedade do turno integral, por um lado é bom, afinal, o aumento da carga horária provoca um aumento significativo da mensalidade cobrada dos alunos, ainda que só uma minoria de poder aquisitivo alto continuaria pagando o novo ensino médio. Dessa maneira, muitos alunos iriam para escolas públicas, diminuindo o lucro das empresas. Além desse fator, os representantes das escolas privadas afirmam que não será possível que o colégio ofereça todas as opções da nova grade curricular para o aluno, pois isso demandaria muito dinheiro para a abertura de novas salas.

3.6 – Reação popular: a reação estudantil

Quando falamos em mudanças que afetam diretamente a população jovem, não podemos deixar de lado a repercussão que tais mudanças geram na sociedade em geral e, principalmente, na parcela afetada por essas mudanças. Profissionais da educação já vinham discutindo há anos uma reforma curricular no ensino médio, porém o projeto apresentado e votado repentinamente gerou manifestações populares contrárias, inclusive ocupações de colégios em todo o Brasil. As manifestações de rua foram compostas por educadores, estudantes, pais e simpatizantes que tinham como objetivo comum abrir os olhos da população para os reais efeitos da reforma, principalmente no ensino público.

As ocupações tinham o mesmo objetivo. Foram mais de mil escolas ocupadas por todo



Figura 1: Assembleia estudantil no pátio do Colégio Pedro II – Campus Niterói para a resolução da ocupação, em 24/out/2016.

o Brasil. Além disso, as organizações populares tinham o intuito de pressionar os governantes e mostrar a insatisfação dos cidadãos.

O ano de 2016 foi extremamente enriquecedor para a juventude brasileira. Foi um ano de intenso contato com a vida política e aprendizados amplos que foram da gestão de um espaço público à técnicas de saúde, como por exemplo a utilização de substâncias que amenizam o efeito do gás lacrimogêneo utilizada pela polícia militar e outra instituições que servem aos interesses dos governantes.

Uma manifestação que se destaca é a ocorrida em Brasília, no final de 2016, que reuniu pessoas de todo o país, inclusive alunos do Colégio Pedro II. O ato foi duramente reprimido pela polícia e os manifestantes foram praticamente expulsos da cidade, mas o saldo positivo foi significativo: a força e a organização do povo em prol dos seus direitos mais básicos como educação de qualidade.



Figura 2: Ato unificado em Brasília contra as Reformas do governo Temer, em 29/nov/2016.

Sem sombra de dúvidas os estudantes secundaristas foram protagonistas na luta contra a reforma, ocupando seu espaço (sua escola), conscientizando sua família, indo pras ruas e lutando pelo futuro da educação brasileira.

3.7 – Reflexões e Idealizações em torno da Educação no Brasil

O sistema educacional brasileiro sofre patologias administrativas e sistêmicas que perpassam as escolas públicas e privadas. Podemos separar esses problemas em duas esferas, ao que chamaremos de estruturais¹ e pedagógicas². O último se inclui também em algo que denominamos estrutural no sentido de enraizado e arquitetado, mas entenda a esfera '1' como algo material, palpável - como a estrutura física de uma escola, por exemplo.

1. Esse se centraliza na esfera das escolas públicas. O que sabemos sobre essa realidade brasileira:

- Escolas em condições insalubres e precisando de reformas
- Ausência ou má qualidade dos alimentos fornecidos para almoços e lanches
- Piso salarial dos docentes muito abaixo da média global
- Péssimas condições de trabalho para profissionais da educação

- Escolas abandonadas
2. Esse abrange tanto as instituições públicas quanto privadas.
 - Sistema educacional arcaico e mecanicista
 - Educação Bancária
 - Má capacitação pedagógica de professores nas universidades

Iremos fazer alguns adendos sobre a realidade do ensino no Brasil antes de entrar nas possíveis soluções. Sobre o primeiro tópico é possível encontrar uma contradição se observarmos que o Brasil é um dos países que tem mais gastos direcionados à Educação, como mostra o gráfico ao lado.

Deixamos em aberto algumas perguntas fundamentais para nossa corrente de raciocínio:

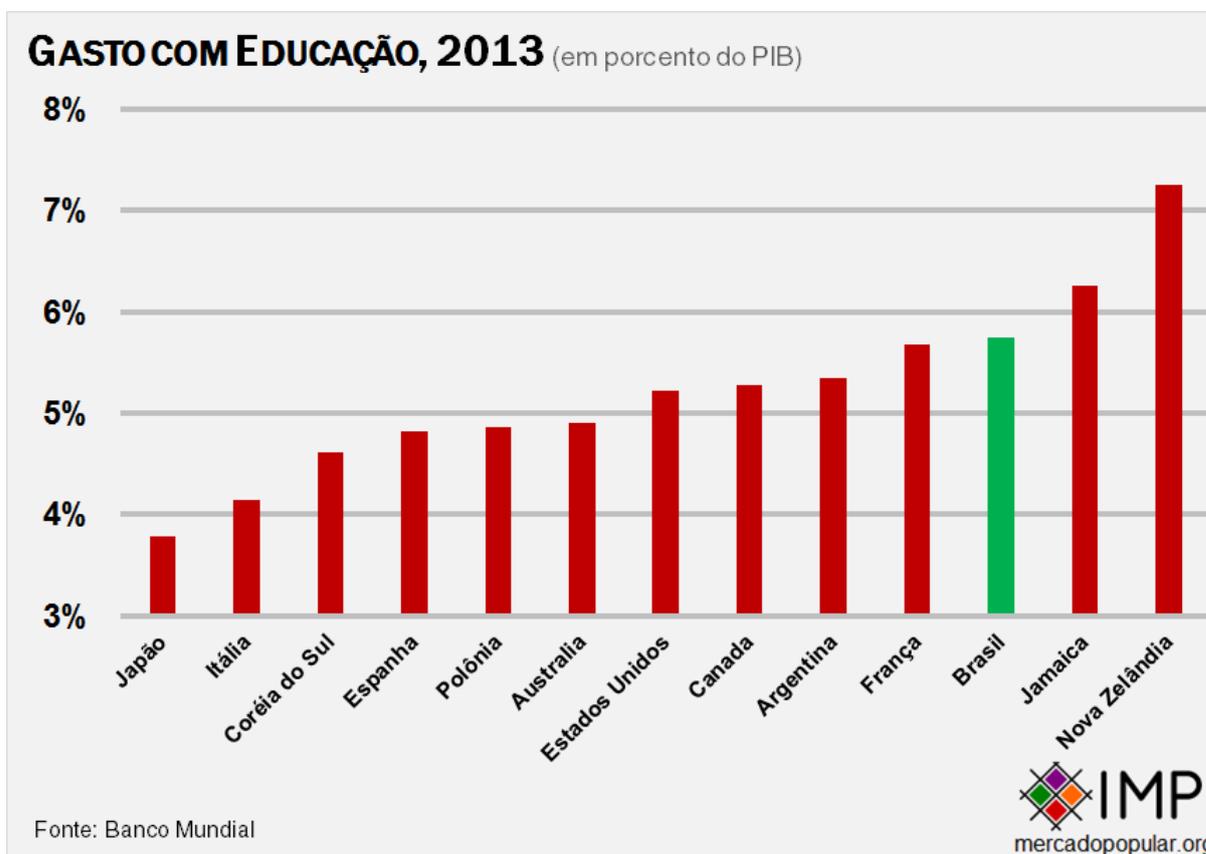
1. Por que não é possível enxergar esse investimento?
2. Se não vemos, onde está investido esse dinheiro?
3. Por que o salário dos professores é tão baixo?

Ao que se parece, a questão da educação brasileira é como se gasta os recursos à ela destinados, e não o quanto.

Antes de entrarmos nas soluções, é preciso refletir sobre algumas questões fundamentais que abrangem de forma mais objetiva o tópico dois. Essas são: O que é educação? O que é a escola? Quais os fins, quais os meios? A escola de hoje vem, de fato, cumprindo seu papel educador? A quem a escola de hoje beneficia?

Vivemos em um país com grandes índices de analfabetos e índices ainda maiores de analfabetos funcionais. Em um mundo onde a escola gira em torno, basicamente, do mercado de trabalho, se resolvêssemos passar de escola em escola perguntando aos alunos por que estão ali, os estudantes do estado e do município diriam não saber, enquanto que os das escolas particulares responderiam: "nos preparando para o vestibular". Os primeiros se tornam mão de obra barata, já os segundos, especializada.

Figura 3: Gráfico de gastos em educação por porcentagem do PIB no Brasil e em outros países, segundo o Banco Mundial.



Na história e geografia mundial, quando um país quer mudar seu plano econômico de nação, muda também a educação. Os tigres asiáticos, por exemplo, que ora foram detentores de mão de obra barata e massiva, investiram em educação para deixarem de ser exportadores de bens de consumo para inovadores tecnológicos, designers, engenheiros.

Visto isso, entendemos que é necessário analisar também os planos econômicos do Brasil. O Brasil é agro, e "agro é pop, é tech, é tudo". Propagandas como essa não são ao acaso. Em um país que tem grande parte da economia vinda da agroindústria, qual a demanda de trabalhadores? E de onde vêm esses trabalhadores? Das universidades? Como explorar e escravizar um Doutor em Psicologia? Será então, a educação precária, um plano de governo?

3.7.1 – Soluções

As soluções para os problemas de infraestrutura parecem óbvios: administrar de maneira coerente o dinheiro destinado à educação, realizando as obras necessárias e fornecendo os recursos necessários para alunos e trabalhadores. Essa reforma é a base para que se coloque em prática a mudança do tópico dois.

A reflexão a respeito da forma como a escola existe foi um dos grandes ganhos do processo de ocupação em todo o país. Enquanto ocupantes, os alunos perceberam que o conhecimento e a educação vão muito além do que fomos ensinados a aceitar. Ao organizar de forma horizontal atividades, descobriram que há muito sobre tudo a ser dito, ouvido e pensado. De mil outras maneiras mais saudáveis, prazerosas e eficazes.

Alternativas existem, como na Escola Básica da Ponte, em Portugal, em que a ideologia utilizada é da escola democrática que se baseia dentro de uma linha chamada Pedagogia Libertária ou Gestão Democrática em princípios democráticos, e em especial na democracia participativa, e que dentro dessas regras dá direitos de participação iguais para estudantes, professores e funcionários. Ou até mesmo nas escolas da Finlândia, altamente elogiadas por seu método criativo e livre de aprendizagem.

Fazendo uma análise das reivindicações e dos desejos dos jovens estudantes, não é difícil concluir que a real reforma do ensino que queremos para o Brasil é uma verdadeira revolução no pensar educacional. Os pensamentos de Paulo Freire, pedagogo reconhecido mundialmente e autor de "Pedagogia do Oprimido" e "Pedagogia da Autonomia", fulmina o desejo e o sonho de jovens e educadores por uma escola mais diversa. "Defendo a educação

desocultadora de verdades. Educandos e educadores funcionando como sujeitos para desvendar o mundo”.

O nosso sonho é uma escola horizontal e libertária. Um espaço de troca de saberes e afetos, que aproxime e favoreça as relações interpessoais. Que ensine a ler o mundo, que fale sobre corpo e ecologia e que tenha espaço pra construção de infinitos novos conhecimentos.

4 – CONCLUSÃO:

Com a reforma do ensino médio fica evidente o agravamento de um problema que é bastante sério em nosso país: a desigualdade. Por meio da Lei Áurea, de 1888, foi visto que leis com poucos planejamentos geram problemas sociais, em 1888 a lei libertou os escravos, porém não houve garantia de trabalho, inserção social e muitos escravos continuaram a trabalhar para os seus senhores e isso gerou uma manutenção sutil da escravidão.

O fato citado acima não se diferencia muito do que vemos atualmente a reforma que veio por Medida Provisória e prometendo acabar com os problemas como evasão escolar, entre outras coisas, não leva em conta a situação das escolas brasileiras. O trecho da lei que diz que as escolas não são obrigadas a oferecer aos alunos todas as cinco áreas, mas deverão oferecer ao menos um dos itinerários formativos flexibiliza a precarização do ensino onde colégios, principalmente da rede pública, situadas em regiões pobres poderão em sua maioria realmente oferecer apenas um itinerário. O problema se agrava mais ainda visto que nessas regiões há poucas escolas e se uma escola oferece um itinerário que o aluno não quer ele teria que se deslocar para outra, esse processo será muitas vezes inviável pela distância e outros fatores atrelados a isso.

Em virtude dos fatos vistos veremos que aqueles que têm acesso a escolas de qualidade, ou seja, aqueles que tiverem capital para isso, não serão prejudicados, pelo contrário o cenário de ingresso de alunos na faculdade em que de oito milhões de jovens estão matriculados no Ensino Médio, desses um oitavo (um milhão de estudantes) estudam em colégios particulares, dentre eles 80% se matriculam no Ensino Superior. Já na outra parcela de sete milhões de estudantes que frequentam escolas públicas apenas 20% chegam a faculdade. Esse cenário será mantido e até poderá haver agravamento do mesmo. Portanto essa reforma vai na direção contrária a que precisamos, podendo piorar o acesso ao ensino, e aumentando a desigualdade no acesso ao ensino superior.

Por fim, mesmo frente ao enorme descontentamento estudantil observado na onda de ocupações pelo país, a Reforma do Ensino Médio foi aprovada no início de 2017. Muito irá se modificar na educação brasileira e todos os estudantes sentirão seus efeitos, resta-nos torcer que a reforma seja, de fato, boa para o país e traga frutos positivos para a sociedade brasileira. Pelo contrário, teremos um retrocesso na educação no país bem como prejuízos diretos e indiretos em outras esferas, como a desigualdade no acesso às faculdades, já citado.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Bruno. Estudantes falam sobre a reforma do ensino médio. Disponível em: <www.vice.com/pt_br/article/kbvavx/estudantes-falam-sobre-a-reforma-do-ensino-medio>. Acesso: 13 ago. 2017.

SHAW, Camilla. Reforma do Ensino Médio - entenda o que está em jogo e as vozes desconsideradas no processo. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/reforma-do-ensino-medio-entenda-o-que-esta-em-jogo-e-vozes-desconsideradas-no-processo>>. Acesso: 13 ago. 2017.

REDAÇÃO, A Crítica. MEC discute reformas no currículo do ensino médio. Disponível em: <http://www.acritica.net/noticias/mec-discute-reformas-no-curriculo-do-ensino-medio/171406/>. Acesso: 12 ago. 2017.

PIMENTA, Paulo. Reforma no Ensino Médio: cilada autoritária para privatizar a educação. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/colunistas/paulopimenta/256723/Reforma-no-ensino-m%C3%A9dio-cilada-autorit%C3%A1ria-para-privatizar-a-educac%C3%A7%C3%A3o.htm>>. Acesso: 9 ago. 2017.

IDOETA, Paula Adamo. Oito coisas que aprendi com a educação na Finlândia. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150807_finlandia_professores_brasileiros_pai> Acesso: 12.ago 2017

VILLENEUVE, Leônidas. 10 números que mostram como a educação no Brasil está pior do que você imagina. Disponível em: <<https://spotniks.com/10-numeros-que-mostram-como-a-educacao-no-brasil-esta-pior-do-que-voce-imagina/>> Acesso 11 ago. 2017.

OLIVEIRA, Pedro Cavalcante. Raio X da educação brasileira: o folclore dos 10% do PIB. Disponível em: <<http://mercadopopular.org/2016/09/raio-x-da-educacao-brasileira-porque-10-do-pib-para-a-educacao-e-folclore/>> . Acesso 13.ago.2017.

SITES CONSULTADOS:

- BRASIL ESCOLA. Educação no Brasil. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>> Acesso: 12.ago.2017
- DE OLHO EM TUDO. Dados sobre educação. Disponível em: <<http://deolhoisp.blogspot.com.br/2012/04/graficos-sobre-educacao-no-brasil.html>> Acesso 11 ago. 2017.

- Entrevista de Daniel Cara a Renan Truffi, Carta Capital. "Reforma do Ensino Médio é um retorno piorado à década de 90". Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/reforma-do-ensino-medio-e-um-retorno-piorado-a-decada-de-1990>> Acesso 11 ago. 2017.
- WIKIPÉDIA. Educação democrática. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_democr%C3%A1tica> Acesso em 12.ago.2017.
- PORTAL DO MEC, Novo Ensino Médio – Dúvidas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>. Acesso em: 05 ago. 2017.